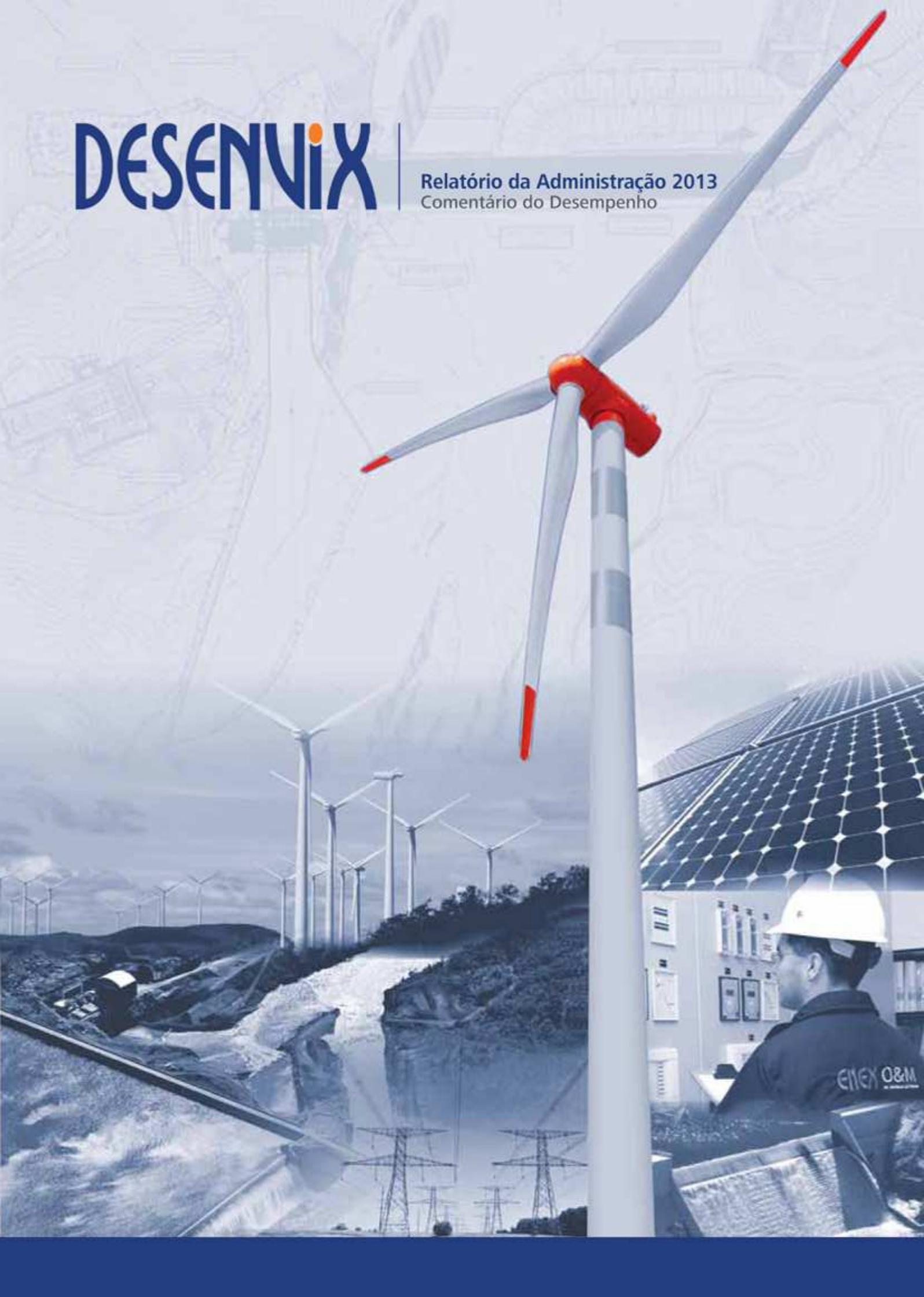


DESENNIX

Relatório da Administração 2013
Comentário do Desempenho





Barueri, 08 de maio de 2014 – A *Desenvix Energias Renováveis S.A.* (*Desenvix*), empresa de capital aberto, listada na *BM&FBovespa (DVIX3M)*, no segmento *Bovespa Mais*, geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seu resultado do ano de 2013. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da *Desenvix Energias Renováveis S.A.*. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se aos resultados do ano de 2012.

Principais Indicadores	2012	2013	Var.
Receita líquida (R\$ mil)	187.022	211.340	13,0%
Prejuízo líquido (R\$ mil)	-31.622	-32.490	2,7%
EBITDA* (R\$ mil)	102.889	136.162	32,3%
Margem EBITDA (%)	55,0	64,4	9,4p.p.
Preço líquido (R\$/MWh)	163,39	170,01	4,1%
Energia gerada (GWh)	802	1.366	70,3%
Disponibilidade (%)	90,8	91,1	0,4 p.p.

*ICVM nº527

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Relações com Investidores
ri@desenvix.com.br
Tel: +55 (48) 3031-2514

Rua Tenente Silveira, 94 – 9º andar
88010-300 – Centro – Florianópolis – SC

www.desenvix.com.br



ÍNDICE

1 . Mensagem da Administração	3
2 . Sobre a Desenvix	5
3 . Sobre nosso Bloco de Controle	6
4 . Estrutura Societária	8
5 . Governança Corporativa	9
6 . Empreendimentos em Operação	11
7 . Empreendimentos em Implantação	14
8 . Projetos em Desenvolvimento	14
9 . Principais eventos que afetaram o desempenho 2013	15
10 . Desempenho Econômico-Financeiro	17
11 . Endividamento Bancário e Dívida Líquida	25
12 . Investimentos	27
13 . Gestão de Pessoas	27
14 . Demonstrações Financeiras Consolidadas	28

1) MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2013 marcou o alinhamento operacional dos ativos que entraram em operação através do segundo ciclo de crescimento da Desenvix, o qual demandou investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão durante os últimos 3 anos, dobrando sua capacidade instalada e que consolidou a Companhia como uma média geradora de energia elétrica através de fontes renováveis.

Como resultado, em 2013, houve aumento na produção de energia elétrica, com incremento de 70,3%, na comparação com 2012. O crescimento está relacionado à maior capacidade instalada de geração, entretanto, contribuiu a maior disponibilidade das usinas no sistema interligado nacional. Destacam-se as Usinas do Complexo Eólico da Bahia, despontando entre os melhores desempenhos de geração de energia de fonte eólica, no acumulado dos últimos 12 meses (março/2013 até fevereiro/2014), conforme o Boletim Mensal de Geração Eólica de fevereiro/2014 publicado pelo ONS.

A receita líquida apresentou crescimento de 13%, totalizando R\$ 211,3 milhões. Já o EBITDA (ICVM nº 527) apresentou crescimento de 32,3%, totalizando R\$ 136,2 milhões.

Durante 2013 a Administração se dedicou a busca de alternativas que mitigassem a exposição da Companhia ao risco setorial ao qual a subsidiária UTE Enercasa está inserida, sendo recompensada por marcos importantes deliberados pelos órgãos reguladores do setor, como por exemplo, a queda do fator “j” na aplicação da penalidade imposta ao Contrato de Reserva de Energia.

Cabe esclarecer que, apesar das conquistas, as operações de geração de energia da subsidiária UTE Enercasa continuam inviabilizadas pela inoperância do seu cogenerador, afetando o resultado econômico da Desenvix.

Outro tema que exigiu grande esforço da Administração foi a negociação para o encerramento do contrato de fornecimento e implantação de equipamentos do Complexo Eólico da Bahia, finalizado em dezembro de 2013.

Também, em dezembro de 2013, teve início a operação comercial da subsidiária não controlada Goiás Transmissão S.A. (25,5%). A previsão para início da operação comercial da MGE Transmissão S.A. (25,5%) é ao longo primeiro semestre de 2014.

Visando a melhora dos indicadores econômicos e financeiros da Desenvix, a Administração apoiada por seu Conselho e Acionistas, desenhou um Plano Financeiro para a Companhia, envolvendo aporte de capital dos acionistas, reestruturação administrativa e organizacional e alongamento da dívida bancária da Controladora.

O Plano Financeiro teve início quando os Acionistas da Desenvix, reunidos em Assembleia Extraordinária no dia 11 de dezembro de 2013, aprovaram o aumento de capital da Desenvix em R\$ 60 milhões a serem integralizados em duas parcelas de R\$ 30 milhões, sendo a primeira no dia 05 de fevereiro de 2014 e a segunda no dia 05 de dezembro de 2014.

Ainda em dezembro de 2013, a Administração iniciou o plano de reestruturação o qual direciona o foco da Desenvix para as atividades operacionais dos ativos de geração de energia, condução de atividades específicas para manutenção seletiva do *pipeline*, além da suspensão temporária das atividades de implantação de novos projetos.

Como resultado, a Companhia equalizará a pressão do caixa no curto e médio prazo, assegurando melhores indicadores econômicos.

João Robert Coas
Diretor Presidente

2) SOBRE A DESENVIX

A Desenvix Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nas áreas de geração de energia elétrica, originada de fontes renováveis, e na área de transmissão de energia elétrica, bem como a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão nas suas áreas de atuação.

A empresa é controlada pela Jackson Empreendimentos Ltda., pela SN Power Brasil Investimentos Ltda. e pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, que detém 40,65%, 40,65% e 18,70%, respectivamente do seu capital social total e votante, sendo responsáveis pelos aportes de capital e investimentos necessários para a manutenção das atividades.

A Companhia atua de maneira integrada, dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de transmissão e geração de energia, em todas as fontes de energia renovável.

A Desenvix possui mais de 15 anos de atuação no setor elétrico, tendo desenvolvido ou contribuído para implementação de 5.300 MW em empreendimentos de geração em operação no Brasil. Os principais executivos das áreas operacionais da Companhia acumulam, em média, mais de 30 anos de experiência comprovada no setor elétrico, com atuação nas várias fases do ciclo de projetos do setor e mais de 35.000 MW em projetos de geração e transmissão desenvolvidos no Brasil e exterior.

A Companhia passou de 9 MW instalados em 2005 para 349 MW em setembro de 2012, compreendendo 15 empreendimentos em operação de geração de energia elétrica 100% renováveis. Adicionalmente a companhia participa com 25,5% em duas linhas de transmissão com 511 km de extensão.

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Desenvix buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, que garantirão o crescimento futuro da empresa. A companhia possui atualmente um extenso portfólio de projetos que soma 2.960,8 MW de potência instalada, dos quais 1.353,8 MW constituirão a sua participação no negócio.

A Desenvix, por meio da sua subsidiária ENEX, atua como prestadora de serviços de operação e manutenção de usinas de geração e de sistemas elétricos. Ao final de 2013 a ENEX contava com uma extensa e diversificada carteira de clientes totalizando 1.155 MW, tendo experimentado um crescimento expressivo nos últimos anos.

3) SOBRE O BLOCO DE CONTROLE

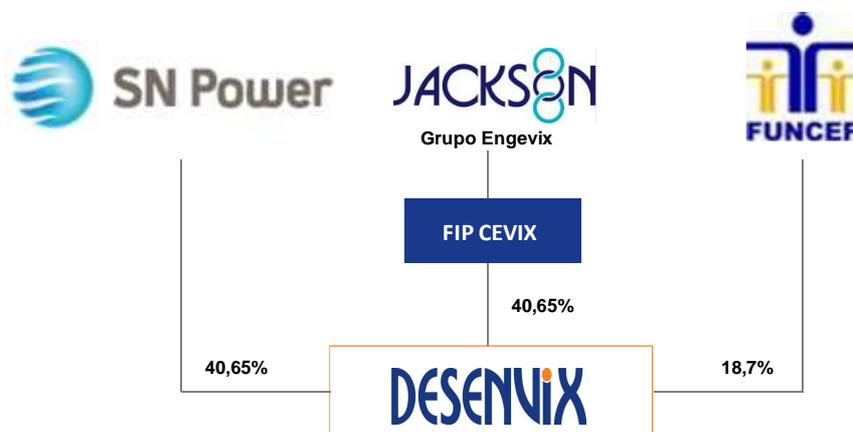
No dia 12 de agosto de 2011, os Acionistas Controladores diretos e indiretos celebraram com a Statkraft Norfund Power Invest AS um Contrato de Compra e Venda para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes.

No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix.

Com a finalização da operação de Compra e Venda, a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda., empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power Energia do Brasil Ltda. com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais com 18,70% do capital social total e votante.

Em fevereiro de 2013, em virtude da reestruturação societária ocorrida no nosso Controlador SN Power Energia do Brasil Ltda., culminou então na transferência das suas ações, detidos do Capital da Desenvix, para a empresa SN Power Brasil Investimentos Ltda., não influenciando em nada a condução dos negócios da Companhia.

Bloco de Controle da Desenvix após operação de Compra e Venda



Grupo Engevix

As atividades do Grupo Engevix, que tem a Jackson Empreendimentos Ltda. como empresa holding, iniciaram-se por meio da Engevix, uma das mais tradicionais empresas de engenharia do Brasil, com mais de 45 anos de experiência no setor de infraestrutura, engenharia consultiva e construção. Em 2012 o Grupo Engevix faturou R\$ 2,2 bilhões e encerrou fevereiro de 2014 com 12.257 colaboradores, possuindo extensa experiência e histórico bem sucedido de projetos no setor elétrico, na área industrial, e em óleo e gás.

Através da Ecovix - Engevix Construções Oceânicas, o Grupo Engevix detêm contratos da ordem de US\$ 5,9 bilhões para construção de 8 plataformas FPSO e 3 navio-sonda, que se destinarão à produção e estocagem de petróleo que será advindo da exploração da camada do pré-sal. A Ecovix atualmente dispõem do maior dique seco da América Latina, localizado no complexo portuário do Rio Grande, empreendimento que também possui

a Funcef como sócia. Em outubro de 2013 a Ecovix celebrou parceria com consórcio de investidores liderado pela japonesa Mitsubishi Heavy Industries.

O Grupo Engevix reuniu seus investimentos na área de infraestrutura na empresa Infravix a qual detêm as concessões do Aeroporto São Gonçalo do Amarante no estado do Rio Grande do Norte, do Aeroporto Juscelino Kubitschek no Distrito Federal e da Rodovia ViaBahia, com aproximadamente 700 km de extensão, além de possuir investimentos imobiliários e projeto Airship.

A Engevix possui larga experiência em todas as etapas do ciclo de implantação de empreendimentos do setor elétrico, incluindo projetos básicos, construção de plantas de geração e linhas de transmissão. Ao longo de sua história, a Engevix participou em mais de 75.000 MW em projetos de geração de energia operando no Brasil, acumulando extenso conhecimento e experiência no setor elétrico, tendo atuado, dentre outros, nos seguintes projetos: Itaipú Binacional, Tucuruí, Itá, Salto Caxias e Campos Novos. Atualmente a Engevix está envolvida como empresa líder na elaboração do projeto de engenharia de Belo Monte.

Adicionalmente detêm a concessão para construção e exploração comercial da UHE São Roque com capacidade instalada de 141,9MW, atualmente em construção.

SN Power

Companhia de origem norueguesa, a SN Power é um investidor de longo prazo que atua fora da Europa na geração de energia elétrica, através de fontes renováveis, principalmente de origem hídrica.

A SN Power é resultado de um joint venture de empresas norueguesas: a Statkraft AS e o Norfund AS. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é a maior geradora de energia elétrica da Noruega e a maior da Europa em fontes renováveis. Sua capacidade instalada é de 17.067 MW. Possui 287 hidrelétricas, 11 eólicas, 44 “district heating and biomass” e 8 termoeletricas a gás natural. O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru), América Central (Costa Rica e Panamá), Ásia (Nepal, Índia, Vietnã, Sri Lanka, Singapura e Filipinas) e África (Zâmbia).

FUNCEF

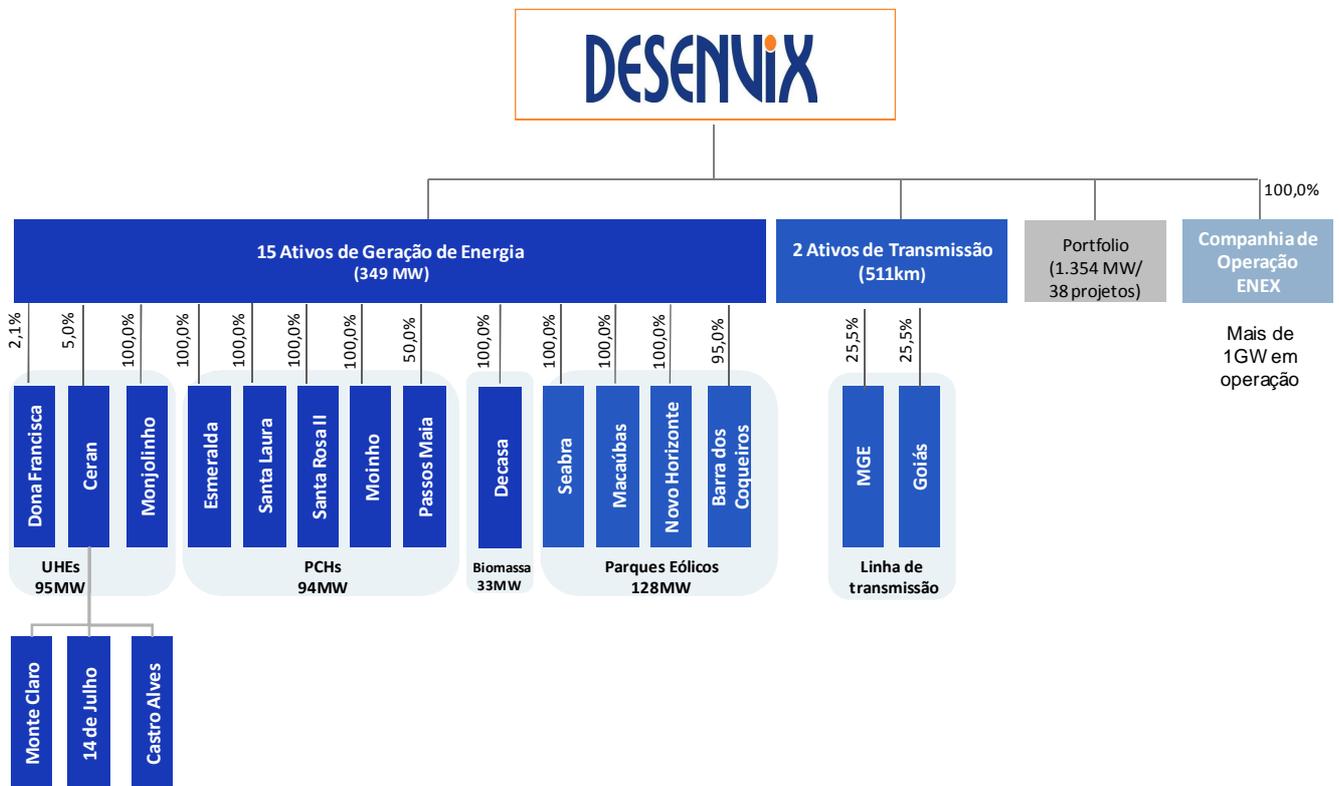
A FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Hoje tem patrimônio ativo total superior a R\$ 52 bilhões e aproximadamente 132 mil participantes.

A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Manual de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e, como aplica seus recursos no país, a FUNCEF, como investidor corporativo, tem papel ativo no desenvolvimento nacional.

4) ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Desenvix é uma *holding* de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que são responsáveis por empreendimentos em diferentes estágios de implantação, possuindo empreendimentos em operação, empreendimentos em construção, além de uma extensa carteira de projetos em desenvolvimento. Adicionalmente, a Desenvix detém 100% de participação societária na ENEX – O&M de Sistemas Elétricos.

O organograma a seguir mostra esta estrutura:



5) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota elevados padrões de governança corporativa em consonância com os principais padrões exigidos das Companhias abertas, entre eles, adoção de Conselho de Administração e Conselho Fiscal, contratação de auditoria externa e manutenção de Área de Relações com Investidores.

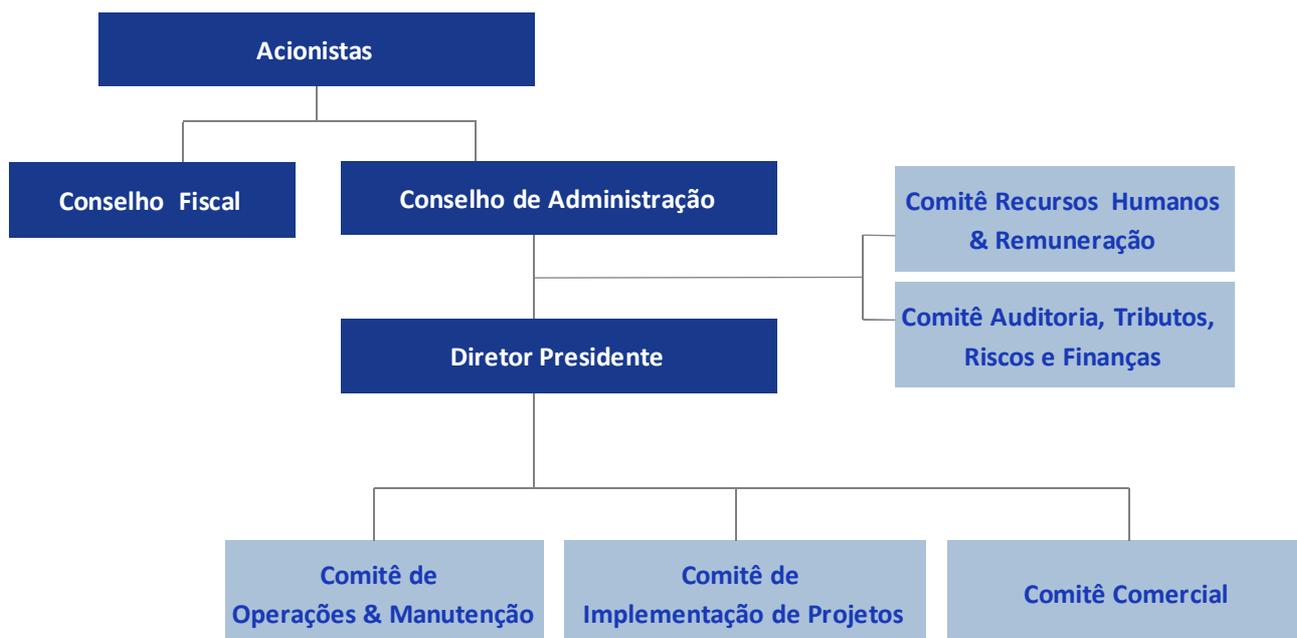
A governança corporativa da Desenvix está refletida nas práticas de gestão do dia a dia e em seu Estatuto Social, tendo como principais destaques a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em reuniões de Conselho ou em Assembleias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente, o capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias e a contratação de empresa independente exclusivamente para auditoria das demonstrações financeiras. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Adicionalmente, através da celebração de Acordo de Acionistas, foram constituídos 5 comitês de assessoramento à Administração.

O objetivo dos comitês é auxiliar o Diretor Presidente e o Conselho de Administração de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecerão uma análise prévia dos assuntos relevantes para o Conselho de Administração.

Os comitês deverão se reunir periodicamente para discutir assuntos estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões deverão resultar em recomendações formais com relação a decisões, políticas e estratégias.

O organograma a seguir mostra esta estrutura:



Composição do Conselho de Administração - em 31 de março de 2014

Membro	Cargo	Suplente	Data Eleição	Término Mandato	Acionista
Austin Laine Powell	Presidente	Kjetil Landmark	08/02/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
Joakim Johnsen	Efetivo	Viggo Mossing	30/10/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
Fabiano Gallo	Efetivo	Tor Inge Stokke	06/09/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
José Antunes Sobrinho	Efetivo	Luiz Cruz Schneider/Laércio Dias	08/03/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Cristiano Kok	Efetivo	Luiz Cruz Schneider/Laércio Dias	08/03/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Gerson de Mello Almada	Efetivo	Luiz Cruz Schneider/Laércio Dias	08/03/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Ruy Nagano	Efetivo	Emerson Tetsuo Miyazaki	08/03/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	FUNCEF
Geraldo Aparecido da Silva	Efetivo	Angelo Nonato de Sousa Lima	26/04/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	FUNCEF
Tor Inge Stokke	Suplente	-	08/02/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
Kjetil Landmark	Suplente	-	19/10/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
Viggo Mossing	Suplente	-	19/10/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
Luiz Cruz Schneider	Suplente	-	08/03/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Laércio Dias	Suplente	-	26/04/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Angelo Nonato de Sousa Lima	Suplente	-	26/04/2012	AGO de 2014 - contas de 2013	FUNCEF
Emerson Tetsuo Miyazaki	Suplente	-	25/04/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	FUNCEF

Composição do Conselho Fiscal - em 31 de março de 2014

Membro	Cargo	Suplente	Data Eleição	Término Mandato	Acionista
Andrea Kogitzki	Efetivo	Camila Soares Mendes Brito	25/04/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
João Clarindo Pereira Filho	Efetivo	João Clarindo Pereira Junior	25/04/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Alfredo Martins Reis	Efetivo	Antonio Carlos Bomfim	25/04/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	FUNCEF
Camila Soares Mendes Brito	Suplente	-	24/02/2014	AGO de 2014 - contas de 2013	SN Power
João Clarindo Pereira Junior	Suplente	-	25/04/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	Jackson
Antonio Carlos Bomfim	Suplente	-	25/04/2013	AGO de 2014 - contas de 2013	FUNCEF

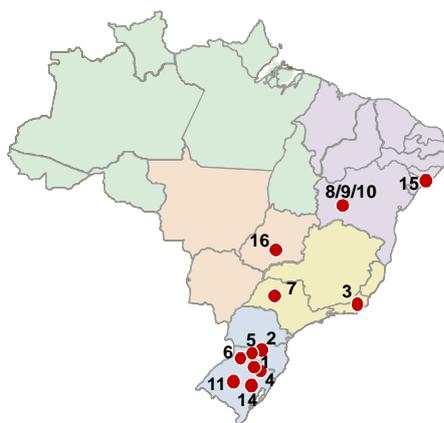
Composição da Diretoria Estatutária - em 31 de março de 2014

Membro	Cargo	Data Eleição	Término Mandato
João Robert Coas	Diretor Presidente	27/02/2013	Até 1ª RCA 2014*
Jan Erik Felle	Diretor Financeiro e Relações com Investidores	08/03/2012	Até 1ª RCA 2014*
Paulo Roberto Fraga Zuch	Diretor	08/03/2012	Até 1ª RCA 2014*
Darico Pedro Livi	Diretor	22/01/2013	Até 1ª RCA 2014*
Paulo Marcelo Gonçalves Margarido	Diretor	08/03/2012	Até 1ª RCA 2014*
Margaret Rose Mendes Fernandes	Diretor	11/12/2013	Até 1ª RCA 2014*

*Mandato até 1ª Reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2014

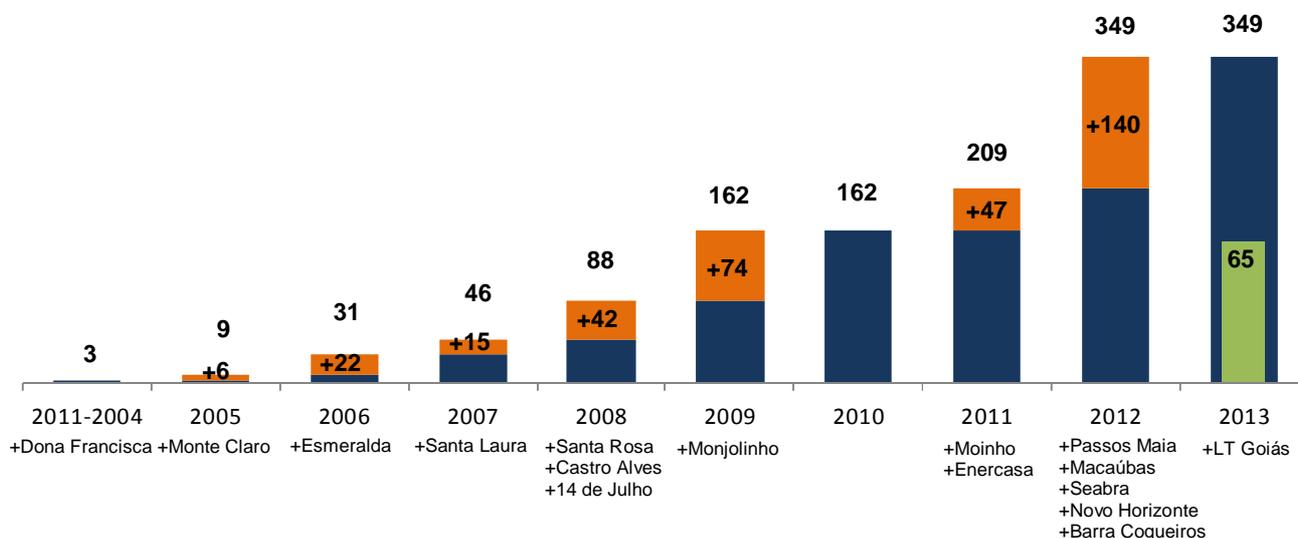
6) EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO

Conforme quadro abaixo, a Companhia possui atualmente 16 empreendimentos em operação, sendo 15 empreendimentos de geração de energia com uma capacidade instalada própria de 349 MW, além de 1 ativo de transmissão de energia com extensão total de 253 km.



Planta	Participação DESENVIX	Início Operação Comercial	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada DESENVIX (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	Dez/06	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	Out/07	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	Jul/08	30,0	30,0
4. PCH Moinho	100%	Set/11	13,7	13,7
5. PCH Passos Maia	50%	Fev/12	25,0	12,5
6. UHE Monjolinho	100%	Set/09	74,0	74,0
7. UTE Decasa	100%	Out/11	33,0	33,0
8. UEE Macaúbas	100%	Jul/12	35,07	35,07
9. UEE Seabra	100%	Jul/12	30,06	30,06
10. UEE Novo Horizonte	100%	Jul/12	30,06	30,06
11. CERAN				
- UHE Monte Claro	5%	Jan/05	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	Mar/08	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	Dez/08	100,0	5,0
14. UHE Dona Francisca	2,12%	Fev/01	125,0	2,7
15. UEE Barra dos Coqueiros	95%	Set/12	34,5	32,8
Total Geração de Energia		Total:	827,6	349,0
16. LT Goiás	25,5%	Dez/13	253 km	64,5 km

Incremento Anual na Capacidade Instalada de Geração (MW) e Transmissão (km) de Energia



Disponibilidade Média Geral no Sistema Integrado Nacional

Em 2013, as usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix alcançaram o patamar de 91,1% de disponibilidade média geral (considera todas as paradas inclusive as programadas), sendo 94,0% nas pequenas centrais hidrelétricas, 71% na usina termelétrica movida a biomassa, 90,6% nas usinas eólicas e 97,0% na usina hidrelétrica. No mesmo período de 2012, a disponibilidade média geral alcançada foi de 90,8%, representando aumento de 0,4 p.p..

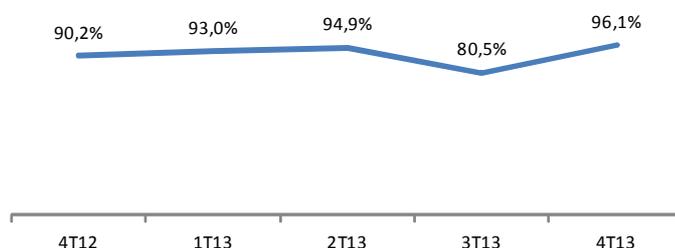
Disponibilidade (%)	2012	2013	Var p.p. 2012 x 2013
PCHs	90,2	94,0	3,8
- Esmeralda	97,7	99,3	1,5
- Santa Laura	96,1	99,6	3,5
- Santa Rosa	86,6	96,6	9,9
- Moinho	79,7	99,0	19,3
- Passos Maia	90,7	75,5	-15,2
UTE	99,5	71,9	-27,6
- Enercasa	99,5	71,9	-27,6
EOLs	66,0	90,6	24,6
- Complexo Eólico Bahia	60,6	88,5	27,9
- Barra dos Coqueiros	98,5	92,8	-5,7
UHE	99,3	97,0	-2,2
- Monel	99,3	97,0	-2,2
Disponibilidade média geral	90,8	91,1	0,4

A disponibilidade média geral em 2013 foi favorecida pela melhora na disponibilidade das Usinas do Complexo Eólico da Bahia e das PCHs Santa Rosa e Moinho, uma vez os empreendimentos passaram por manutenção corretiva ao longo de 2012.

No caso das Usinas do Complexo Eólico da Bahia, observa-se melhora na comparação entre os períodos, entretanto sua disponibilidade permaneceu abaixo da média geral, fruto da reincidência de paradas para manutenção de conectores elétricos, observado apenas no início de 2013.

Por outro lado, a melhora foi compensada pela redução na disponibilidade (i) da PCH Passos Maia, cuja operação foi interrompida para manutenção corretiva na válvula borboleta, havendo necessidade do esgotamento do túnel, (ii) da UTE Enercasa para reparo no rotor do gerador e (iii) da Eólica Barra dos Coqueiros, devido a paralisação de 2 aerogerados para manutenção corretiva. Os eventos mencionados acima afetaram a disponibilidade do 3T13, conforme demonstrado abaixo no gráfico abaixo:

Disponibilidade Média Geral – evolução por trimestre





Produção de Energia Elétrica

Em 2013, a produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix foi de 1.365,8 GWh, representando aumento de 70,3% na comparação com 2012, quando a produção foi de 802,0 GWh.

Geração (MWh)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
PCHs	349.537	513.342	46,9
- Esmeralda	59.133	109.341	84,9
- Santa Laura	40.709	85.986	111,2
- Santa Rosa	156.235	164.945	5,6
- Moinho	24.230	54.289	124,1
- Passos Maia	69.230	98.780	42,7
UTE	21.106	-	-100,0
- Enercasa	21.106	-	-100,0
EOLs	143.034	435.622	204,6
- Complexo Eólico Bahia	119.044	362.120	204,2
- Barra dos Coqueiros	23.990	73.502	206,4
UHE	288.330	416.828	44,6
- Monel	288.330	416.828	44,6
Geração Total	802.007	1.365.792	70,3

O aumento da produção de energia elétrica se deve principalmente pela melhora da afluência das bacias localizadas na região sul do país, as quais foram afetadas em 2012 devido à estiagem ocorrida. Como consequência, as usinas localizadas na região sul apresentaram melhora na produção de energia elétrica, entre elas: PCHs Esmeralda, Santa Laura, Moinho, Passos Maia, além da UHE Monel.

Também contribuiu para o aumento da produção de energia elétrica a entrada em operação comercial das usinas do Complexo Eólico da Bahia e da usina Eólica Barra dos Coqueiros, ocorrida em julho e setembro de 2012, respectivamente. Adicionalmente, a melhora do índice de disponibilidade do Complexo Eólico da Bahia contribuiu para o aumento da produção de energia observada.

Por outro lado, contribuiu para a redução da produção de energia elétrica a paralisação da produção da subsidiária Enercasa, conforme comentado no item 9-A, abaixo.

7) EMPREENDIMENTOS EM IMPLANTAÇÃO

A Desenvix participa societariamente, de forma minoritária (25,5%), em as duas linhas de transmissão com 511 km de extensão, sendo 253 km da Goiás Transmissora e 258 km da MGE Transmissora.

As LTs representam ativos complementares ao negócio da Desenvix, permitindo o benefício (i) da diversificação de riscos de negócio e (ii) dos fluxos de caixa altamente estáveis em função de ser este um setor altamente regulado.

A MGE Transmissora S.A. está atualmente em fase de implantação e com previsão para início da operação comercial para o mês de junho de 2014.

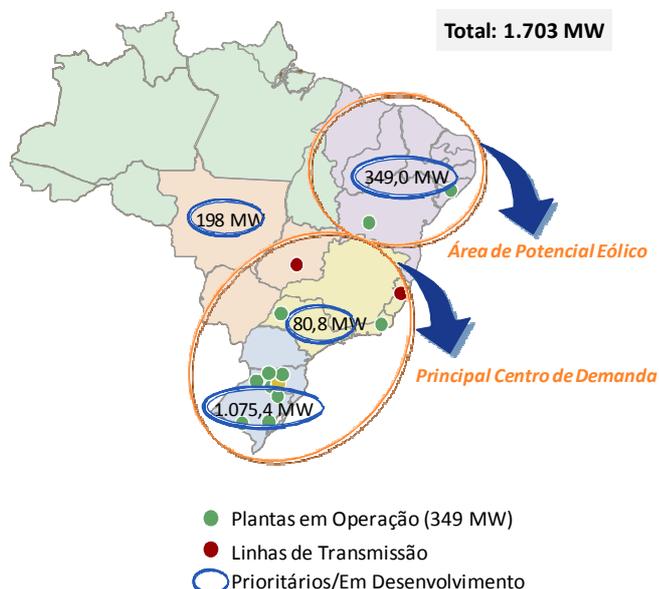
O início da operação comercial da LT Goiás ocorreu no mês de dezembro de 2013.

8) PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Desenvix envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos. A Companhia possui atualmente um extenso portfólio de projetos em desenvolvimento, que soma 2.960,8 MW de potência instalada, sendo 1.353,8 MW próprios, nos quais tem investido constantemente nos últimos 5 anos.

Dentre os projetos em desenvolvimento da Companhia, um grupo de projetos é classificado como Projetos Prioritários em Desenvolvimento. Os projetos prioritários são aqueles que se encontram em estado mais avançado de desenvolvimento. Os Projetos Prioritários em Desenvolvimento da Companhia somam 513,2 MW de potência instalada própria. O crescimento da capacidade instalada da Companhia se dará de forma oportunística.

Outra característica interessante da carteira de projetos da Desenvix é a sua diversidade geográfica, agregando conhecimentos importantes sobre o potencial energético brasileiro e permitindo o aproveitamento de oportunidades de negócios em todo o território nacional.



9) PRINCIPAIS EVENTOS QUE AFETARAM O DESEMPENHO DE 2013

A- RESULTADO ENERCASA

A Enercasa é uma planta de co-geração de energia elétrica com 33 MW de potência instalada e que utiliza bagaço de cana de açúcar como biomassa. Encontra-se totalmente operacional desde outubro de 2011 e integralmente adimplente perante a ANEEL e os demais órgãos do Setor Elétrico Brasileiro, como a CCEE e o ONS.

Para produção de energia, a Enercasa depende do fornecimento de vapor da planta industrial da Usina Pau D'Alho, localizada em Ibirarema, no Estado de São Paulo com a qual estabeleceu um acordo comercial.

Por conta da grave crise financeira vivenciada pelo setor sucroalcooleiro brasileiro, a Usina Pau D'Alho passou a ter dificuldades financeiras, agravadas pela perda de produtividade agrícola e por eventos climatológicos. A Usina paralisou a operação em dezembro/2012 e esta em processo de Recuperação Judicial.

Em consequência, a produção de energia da Enercasa em 2012, que, a despeito das medidas mitigadoras adotadas, ficou bem abaixo do montante contratado, tendo gerado 21.106 MWh, equivalente a 15%, de um total de 140.160 MWh (Energia comercializada no LER 01/2008).

Ao final do ano de 2012, a Enercasa reconheceu em seu resultado o valor de R\$ 11 milhões, como multa pela não entrega da energia contratada. Adicionalmente, reclassificou a receita faturada e recebida pela energia não entregue durante 2012, reconhecendo o valor de R\$ 22 milhões no seu passivo.

Como tal insuficiência de geração decorre exclusivamente de fato inevitável e de responsabilidade única de terceiro, restou caracterizado evento de força maior. A ANEEL, conforme os termos do despacho 1.516, de 14 de maio de 2013, atendendo ao pedido administrativo da Enercasa, afastou, em juízo preliminar, a aplicação de multa referente ao não fornecimento da energia contratada para o ano de 2012.

A ANEEL, na mesma decisão, também acolheu pedido da Enercasa e determinou à CCEE – Câmara de Comércio de Energia Elétrica a retenção da receita fixa da Enercasa, a partir de fevereiro de 2013 (competência janeiro de 2013), afastando, assim, qualquer situação de inadimplência. Nesse sentido a Enercasa deixou de faturar, durante o período dos doze meses de 2013, o valor de R\$ 27,6 milhões.

Adicionalmente, a ANEEL, determinou que a Enercasa efetuasse o pagamento do valor da multa por ela devido, referente à receita faturada e recebida pela energia não entregue durante 2012, fato ocorrido em maio de 2013.

Vale dizer: o Contrato de Compra e Venda de Energia está temporariamente suspenso.

No dia 18 de setembro de 2013, o BNDES autorizou o reescalonamento da dívida da Enercasa através da suspensão da amortização do principal, preservando-se o pagamento de juros, pelo período de 2 anos, a partir de outubro de 2013.

Na 48ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada no dia 17 de dezembro de 2013, foi determinado à CCEE que utilizasse, provisoriamente, para o cálculo das penalidades decorrentes da aplicação da cláusula 14 dos CERs do 1º e do 3º Leilão de Energia de Reserva – LER, a mesma álgebra utilizada para o cálculo da penalidade da cláusula 14 dos CERs a partir do 4º LER. Ou seja, ao invés de utilizar o contador “j”, que impõe uma penalidade crescente (25%, 50%, 75% e 100%) do valor do montante não entregue pelas usinas a biomassa (quando este montante for superior a 10% do Contrato), a penalidade passou a ser de 15%.

Para tanto, foi emitido o Despacho No 4.266, de 17 de dezembro de 2013.

Também foi instaurada Audiência Pública, no período de 23 de dezembro de 2013 a 21 de janeiro de 2014, com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de uniformização da

cláusula 14 dos Contratos de Energia de Reserva – CERs do 1º e do 3º Leilão de Energia de Reserva – LER, com a adotada a partir dos CERs do 4º LER.

Na 3ª. Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, realizada no dia 04 de fevereiro de 2014, foi aprovada, após as contribuições recebidas para a Audiência Pública, a proposta de uniformização da cláusula 14 dos CERs, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 600, de 4 de fevereiro de 2014.

Amparada pela Resolução Normativa ANEEL nº 600 a Administração procedeu, em dezembro de 2013, a reversão da provisão contábil no valor de R\$ 7,7 milhões, referente à aplicação do fator “j” de 50% da energia não entregue em 2012, permanecendo no resultado, a provisão de R\$ 3,3 milhões para a penalidade de 15%.

Também em dezembro de 2013, a Administração constituiu provisão no valor de R\$ 4,1 milhões para a penalidade de 15% referente à energia não entregue em 2013.

Referente às penalidades de 15% dos anos de 2012 e 2013, a Administração mantém requerimento junto a ANEEL baseando-se no Mérito de Força Maior, pelo qual aguarda parecer final.

B- CONSTITUIÇÃO DE PROVISÃO PARA RESSARCIMENTO / RECEBIMENTO CCEE

Durante o mês de junho de 2013 as subsidiárias Macaúbas e Energen constituíram provisão para ressarcimento à CCEE, no montante de R\$ 3,5 milhões e R\$ 5,2 milhões, respectivamente, motivadas pela geração de energia abaixo do previsto no seu Contrato de Energia de Reserva (“CER”). Através do relatório de Apuração de Energia de Reserva, emitido pela CCEE no mês de setembro, a Companhia complementou as provisões para ressarcimento no valor de R\$ 0,4 milhão para Macaúbas e R\$ 0,2 milhão para Energen.

No total o efeito no resultado consolidado da Companhia foi de R\$ 9,3 milhões, dos quais R\$ 8,1 milhões reduziram a receita e R\$ 1,2 milhão aumentaram as despesas por se tratar da parcela da penalidade.

Pelas regras do CER, caso a geração de energia anual extrapolar o limite inferior de 10% abaixo da energia comercializada devemos ressarcir o saldo extrapolado valorados pelo preço do contrato (atualizado) mais 15%, devendo ser pagos em 12 parcelas mensais no ano seguinte. No caso de Macaúbas e Energen, os pagamentos em 12 parcelas serão a partir do mês de outubro.

Motivada pelo rompimento das emendas da rede de média, a geração de energia da Macaúbas ficou interrompida durante o mês de outubro e afetando parcialmente novembro de 2012. Por esse motivo, durante os meses de julho de 2012 até junho de 2013 (intervalo de medição da geração segundo o Contrato de Compra e Venda de Energia) a geração de energia apurada pela Macaúbas foi de 84.641,17 MWh, ficando abaixo da sua energia comercializada, que é de 113.880,0 MWh, e do seu limite inferior de 10%, que é de 102.492,0 MWh.

Motivada pelo atraso na entrada em operação comercial, prevista para julho de 2012 e ocorrida no mês de setembro de 2012, a geração de energia de Barra dos Coqueiros, durante os meses de julho de 2012 até junho de 2013 foi de 54.679,2 MWh, ficando abaixo da sua energia comercializada, que é de 87.600,0 MWh, e do seu limite inferior de 10%, que é de 78.840,0 MWh.

Em dezembro de 2013, conforme disposição do CPC 30, a Administração apurou a receita de seus empreendimentos eólicos com base na geração realizada para o período de julho de 2012 até dezembro de 2013. Como resultado, constituiu-se em dezembro de 2013 provisão de recebimento de R\$5,1 milhões, sendo R\$5,0 milhões para Novo Horizonte, R\$ 2,3 milhões para Seabra, R\$(1,7) milhão para Energen e R\$(490) mil para Macaúbas. Descontado os impostos o valor líquido total do ajuste foi de R\$3,4 milhões.

Cabe, no entanto, destacar que a realização dos créditos dependerá da confirmação da geração acima do limite de 30% do Contrato de Compra e Venda de Energia, para o intervalo de medição da geração.

C- VARIAÇÃO CAMBIAL DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO

A subsidiária Energen Energias Renováveis S.A. celebrou em 10 de setembro de 2012 contrato de financiamento de longo prazo com o China Development Bank, destinado à implantação do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros. O financiamento foi celebrado em dólar. No dia 28 de dezembro de 2012 ocorreu a liberação do financiamento no valor de US\$ 50.000 mil, cujo câmbio de fechamento da operação foi de 2,0435.

Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano, tendo o primeiro evento de liquidação ocorrido no mês de junho de 2013.

A Companhia não contratou operação de hedge cambial. Ao final do período dos doze meses de 2013, a Energen contabilizava variação cambial de R\$ (15,2) milhões sendo variação cambial ativa de R\$ 12,5 milhões e variação cambial passiva de R\$ 27,7 milhões. Em 2013 o efeito da variação cambial realizado no caixa foi de R\$ 1,7 milhão.

D- BAIXA DE ATIVO NÃO RECUPERÁVEL

Em dezembro de 2013 a Administração procedeu a baixa no resultado de R\$ 15,7 milhões referente ao saldo do contrato de mútuo com a PauD'Alho, tendo em vista o processo de recuperação judicial na qual a usina está inserida, conforme comentado o item 9-A.

10) DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PREÇO LÍQUIDO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

Em 2013, o preço líquido (após deduções de impostos do preço bruto) médio da energia comercializada foi de R\$ 170,01/MWh, aumento de 4,1% na comparação com 2012, quando o preço líquido médio foi de R\$ 163,39/MWh. O aumento no preço líquido médio da energia comercializada reflete os reajustes contratuais vinculados aos índices de inflação, conforme Contratos de Compra e Venda de Energia dos nossos empreendimentos. No caso da PCH Moinho o Contrato de Compra e Venda de Energia previa a redução do preço de venda a partir de janeiro de 2013, sendo parcialmente compensado pelo reajuste do contrato. Uma vez que a UTE Enercasa teve seu Contrato de Compra e Venda de Energia temporariamente suspenso, não computamos o preço líquido da sua energia no preço líquido médio, o qual atualmente é de R\$184,47.

Preço Líquido Médio Energia Comercializada (R\$/MWh)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
PCHs*	176,15	185,30	5,2
- Esmeralda	175,67	185,20	5,4
- Santa Laura	175,48	185,55	5,7
- Santa Rosa	175,67	185,20	5,4
- Moinho	178,02	173,85	-2,7
- Passos Maia	175,94	189,81	7,9
EOLs*	154,69	160,40	3,7
- Complexo Eólico Bahia	152,12	157,21	3,3
- Barra dos Coqueiros	165,71	171,26	3,3
UHE	151,10	159,87	5,8
- Monel	151,10	159,87	5,8
Preço Médio*	163,39	170,01	4,1

*ponderado pela energia comercializada do período.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2013, a receita operacional líquida total somou R\$ 211,3 milhões, representando aumento de R\$ 24,3 milhões, equivalente a 13,0% na comparação com 2012, quando o valor foi de R\$ 187 milhões.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Receita Líquida Total	187.022	211.340	13,0
- Fornecimento de energia	164.404	185.424	12,8
- Serviços O&M	22.516	25.291	12,3
- Outros serviços	101	626	519,8

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica

Em 2013, a receita líquida com o fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 185,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 21,0 milhões, crescimento de 12,8% em comparação com 2012, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 164,4 milhões. O aumento decorreu principalmente (i) do incremento da receita de venda de energia do Complexo Eólico da Bahia e do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros, contribuindo com adicional de R\$ 21,8 milhões e R\$ 6,8 milhões, respectivamente, em função da entrada em operação comercial ao longo do 2S12, (ii) pela reversão de receita líquida, no valor de R\$ 20,7 milhões, da UTE Enercasa, ocorrida em dezembro de 2012, fruto da não geração de energia conforme comentado no item 9-A acima e (iii) pelo reajuste contratual do preço médio da energia comercializada das subsidiárias, contribuindo com cerca de R\$ 8,1 milhões.

Por outro lado, contribuiu para a mitigação do aumento da receita líquida de fornecimento de energia elétrica, no período dos doze meses de 2013 (i) a redução de R\$ 29,1 milhões na receita líquida da UTE Enercasa por força da suspensão temporária da liquidação financeira perante a CCEE, conforme comentado no item 9-A acima, (ii) a variação do resultado com GSF/MRE no valor de R\$ 3,4 milhões, (iii) pela contabilização do déficit de geração de energia do contrato de fornecimento referente às usinas eólicas, no valor líquido total de R\$ 1,9 milhões, conforme comentado no item 9-B acima e (iv) redução do faturamento da PCH Moinho em cerca de R\$ 1 milhão pela revisão do preço de comercialização, conforme previa o Contrato de Venda de Energia.

Receita líquida de serviços de O&M

Em 2013, a receita líquida de serviços de O&M foi de R\$ 25,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 2,8 milhões, equivalente a 12,3% em comparação com 2012, quando a receita líquida de serviços de O&M foi de R\$ 22,5 milhões. O aumento foi decorrente dos reajustes contratuais, novos contratos firmados, principalmente no 4T13, além do faturamento de serviços extras realizados, durante o 1T13, não previstos em contratos.

Em 31 de dezembro de 2013, a ENEX possuía 37 contratos de prestação de serviços de O&M, dos quais, 34 somavam capacidade instalada de 1.115 MW, além de 3 contratos referentes ao O&M de duas linhas de transmissão e uma subestação.

Receita líquida de outros serviços

Em 2013, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$ 626 mil, enquanto que em 2012 o valor foi de R\$ 101 mil. Esta receita é composta, principalmente, pelo faturamento da Desenvix Controladora com serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além de serviços de consultoria prestados.

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Em 2013, o custo dos serviços prestados somou R\$ 103,6 milhões, representando aumento de R\$ 17,9 milhões, equivalente a 20,9% na comparação com 2012, quando o valor foi de R\$ 85,7 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo dos Serviços Prestados (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Custo Total	85.743	103.650	20,9
- Custo do fornecimento de energia elétrica	71.482	85.408	19,5
- Depreciação e amortização	47.706	65.199	36,7
- Encargos setoriais	9.028	10.150	12,4
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	8.659	9.853	13,8
- Custo com compra de energia elétrica	6.089	206	-96,6
- Custo dos serviços prestados	14.261	18.242	27,9
- Serviços de O&M	14.154	17.806	25,8
- Outros serviços	107	436	307,5

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização atingiu R\$ 65,2 milhões em 2013, incremento de 36,7% na comparação com 2012. A variação tem como principal fator o aumento do ativo imobilizado decorrente da maior quantidade de usinas em operação, como o Parque Eólico de Barra dos Coqueiros e o Complexo Eólico da Bahia que entraram em operação comercial no 2S12 e juntos contribuíram para o aumento de R\$ 15,7 milhões na depreciação.

Em menor escala, houve redução no valor da depreciação das Usinas do Complexo Eólico da Bahia, em função da baixa do imobilizado ocorrido em dezembro de 2013, fator da negociação do saldo a pagar com fornecedor.

Encargos setoriais

Gasto com encargos setoriais totalizou R\$ 10,1 milhões em 2013, crescimento de 12,4% na comparação com 2012. A variação tem como principal fator o aumento na quantidade de usinas em operação, como o Parque Eólico de Barra dos Coqueiros e o Complexo Eólico da Bahia que entraram em operação comercial no 2S12 e juntos contribuíram para o aumento de R\$ 2,7 milhões com encargos de conexão e transmissão.

O aumento dos gastos com encargos setoriais foi parcialmente compensado pela desoneração provocada pela medida provisória 579, reduzindo em cerca de R\$ 1 milhão os encargos com taxas de uso do sistema de distribuição e transmissão.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Em 2013, outros custos de fornecimento de energia elétrica totalizou R\$ 9,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 1,2 milhão, incremento 13,8% na comparação com 2012, quando atingiu R\$ 8,7 milhões. O aumento tem como principais fatores (i) o reconhecimento de aporte de garantias e liquidação financeira das operações da Enercasa no âmbito da CCEE, no valor de R\$ 1,2 milhão e (ii) o início da cobrança pelo serviço de O&M prestado às usinas do Complexo Eólico da Bahia, a partir de julho de 2013, contribuindo para o aumento de R\$ 1,2 milhão.

Em contra partida ao aumento dos outros custos de fornecimento de energia elétrica ocorreram reduções na contratação de serviços de terceiros, em 2013, na comparação com o ano anterior.

Custo com compra de energia elétrica

O custo com compra de energia elétrica em 2013 é relativa à compra de energia da PCH Moinho. Já em 2012, o valor de R\$ 6,2 milhões é referente à compra de energia da UTE Enercasa. Em ambos os casos o objetivo foi o de atender os compromissos comerciais assumidos no Contrato de Compra e Venda de Energia, das subsidiárias.

Serviços de O&M

O custo dos serviços de O&M prestados em 2013 foi de R\$ 17,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 3,6 milhões, incremento 25,8% em comparação com 2012, quando atingiu R\$ 14,1 milhões. Esta variação decorreu principalmente do aumento da estrutura para fazer frente ao aumento da receita de novos contratos. Também contribuiu, a reclassificação contábil de despesas operacionais para custos operacionais relativos ao Centro de Operação Remoto, relacionado à prestação de serviços de O&M da subsidiária ENEX, adicionalmente ao reconhecimento de férias retroativas e encargos com desligamento de funcionários.

Outros serviços

O custo dos outros serviços em 2013 foi de R\$ 436 mil, apresentando aumento de 307,5% em comparação com 2012, quando atingiu R\$ 107 mil. O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos.

DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

Em 2013, as despesas operacionais atingiram R\$ 39,7 milhões, apresentando redução de R\$ 11,1 milhões, equivalente 21,9% em comparação com o mesmo período de 2012, quando atingiram R\$ 50,9 milhões.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Despesas (Receitas) Totais	50.887	39.743	-21,9
- Gerais e Administrativas totais	51.558	42.506	-17,6
- Gerais e administrativas	32.106	37.667	17,3
- Honorários da administração	4.639	5.081	9,5
- Com estudos em desenvolvimento	3.793	2.211	-41,7
- Penalidade por inadimplência CCEE	11.020	(2.453)	-122,3
- Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(513)	(2.763)	438,6
- Participação nos lucros de controladas	(158)	-	-100,0

Despesas gerais e administrativas

Em 2013, despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 37,7 milhões, apresentando aumento de R\$ 5,6 milhões, incremento de 17,3% em comparação com 2012, quando atingiram R\$ 32,1 milhões. O crescimento é fator (i) da constituição de provisão para indenizações trabalhistas, no valor de R\$ 1,6 milhão, tendo em vista a estruturação organizacional ocorrida no final de 2013, (ii) início da operação comercial, ao longo do 2S12, do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros e do Complexo Eólico da Bahia contribuindo com aumento de R\$ 1,7 milhão e de R\$ 2,5 milhões, respectivamente.

Por outro lado, contribuiu para a mitigação do aumento das despesas gerais e administrativas reclassificação contábil de despesas operacionais para custos operacionais relativos ao Centro de Operação Remoto, relacionado diretamente à prestação de serviços de O&M da subsidiária ENEX.

Honorários da administração

Em 2013, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 5,1 milhões, apresentando aumento de R\$ 442 mil, incremento de 9,5% em comparação com 2012, quando atingiram R\$ 4,6 milhões. O crescimento é fator (i) da correção salarial ocorrido durante 2013 conforme deliberado pela AGO/E de 25 de abril de 2013, (ii) no mês de fevereiro de 2013 ocorreram duas remunerações ao cargo de Diretor Presidente, período de transição da Presidência da Companhia, e (iii) remuneração do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores cuja função foi exercida pelo Diretor Presidente da Companhia durante o primeiro semestre de 2012, de forma cumulativa e não remunerada, enquanto o indicado ao cargo providenciava os documentos necessários para sua residência permanente no Brasil, uma vez que sua origem é norueguesa, conforme AGE de 08 de março de 2012.

Com estudos em desenvolvimento

As despesas contemplam investidos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. A redução das despesas com estudos em desenvolvimento reflete o atual período de estudo de repriorização dos projetos em desenvolvimento.

Penalidade por inadimplência CCEE

Os gastos com penalidades por inadimplemento CCEE constituem em sua maioria provisões pela situação da subsidiária UTE Enercasa, conforme comentado no item 9-A acima, englobando reversão de provisão no valor de R\$7,7 milhões e constituição de provisão no valor de R\$ 4,1 milhões.

Em 2013, o valor também contempla provisão, no valor de R\$ 1,2 milhão, do déficit de geração das subsidiárias Macaúbas e Barra dos Coqueiros, conforme comentado no item 9-B acima.

Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas

A receita de R\$ 2,8 milhões apurada em 2013 é referente à baixa de provisão para contingência civil e baixa para provisão de impostos.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2013, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 112,4 milhões, aumento de R\$ 30,5 milhões, incremento de 37,2% na comparação com 2012, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 82,0 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Despesas financeiras	89.234	131.665	47,6
- Com financiamentos	53.050	66.786	25,9
- Cartas de fiança bancária	17.828	5.236	-70,6
- IOF e multa e juros sobre tributos	5.787	2.004	-65,4
- Variações monetárias e cambiais passivas	490	27.717	5556,5
- Concessões a pagar e outras despesas	10.179	8.893	-12,6
- Outras despesas financeiras	1.900	21.029	1006,8
Receitas financeiras	7.255	19.212	164,8
- Com aplicações financeiras	3.461	5.579	61,2
- Variações monetárias e cambiais ativas	3.794	13.633	259,3
Resultado Financeiro	81.979	112.453	37,2

Despesas financeiras

Em 2013, as despesas financeiras atingiram R\$ 131,7 milhões, apresentando aumento de R\$ 42,4 milhões, incremento 47,6% na comparação com 2012, quando atingiram R\$ 89,2 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) do aumento de 25,9% das despesas financeiras com financiamentos, que passaram de R\$ 53,0 milhões 2012 para R\$ 66,8 milhões em 2013, em consequência (a) dos juros incorridos sobre o empréstimo do CDB tomados pela subsidiária Energen, cuja liberação ocorreu em dezembro de 2012, contribuindo com R\$ 6,2 milhões, (b) dos juros incorridos sobre o empréstimo do BNB tomado pelas Usinas do Complexo Eólico da Bahia, e que entraram em operação em julho de 2012, no valor de R\$ 8,1 milhões e (c) do aumento das despesas com empréstimos da Desenvix Holding no valor de R\$ 4,9 milhões. O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensado (d) pela redução de R\$ 5,4 milhões no valor dos juros amortizados dos empréstimos firmados com o BNDES, das controladas em operação, PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa, PCH Moinho, UHE Monjolinho e UTE Enercasa, em função da redução da TJLP, além dos juros pagos serem decrescentes; (ii) do aumento da variação cambial passiva no valor de R\$ 27,7 milhões da subsidiária Energen, referente ao empréstimo tomado em dólar junto ao CDB, conforme descrito no item 9-C acima; (iii) do aumento de outras despesas financeiras em função (a) da constituição de provisão para ativo não recuperável, no valor de R\$ 15,7 milhões, referente ao saldo do contrato de mútuo com a PauD'Alho, conforme comentado no item 9-D, (b) da baixa de R\$ 1,6 milhão com gastos de estruturação da companhia para abertura de capital, anteriormente contabilizados como recebíveis de acionistas e (c) da apuração de Imposto de Renda sobre remessa ao exterior, incidente sobre o juros amortizado ao CDB pela subsidiária Energen, no valor de R\$ 1 milhão.

Por outro lado, contribuiu para a redução das despesas financeiras, de 2013, (i) a queda das despesas com IOF, tendo em vista a redução das captações de recursos ao longo do período, (ii) a redução das despesas com fiança bancária, tendo em vista a retirada das fianças da UHE Monjolinho, ocorrido a partir de outubro de 2012, além do reconhecimento, em setembro de 2012, das garantias corporativas retroativas devidas ao Controlador Grupo Engevix e (iii) a redução das concessões a pagar, relativas principalmente à UBP da UHE Monjolinho.

Receitas financeiras

Em 2013, as receitas financeiras atingiram R\$ 19,2 milhões, apresentando de aumento de R\$ 12,0 milhões, incremento de 164,8% em comparação com 2012, quando atingiram R\$ 7,3 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) do aumento das variações cambiais ativas no valor de R\$ 12,5 milhões da subsidiária Energen, referente ao empréstimo em dólar tomado junto ao CDB, conforme descrito no item 9-C acima e (ii) do aumento da receitas com aplicações financeiras, em função do maior saldo de aplicações financeiras.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 2013, o resultado de participações societárias positivo em R\$ 3,0 milhões, em comparação com um resultado também positivo de R\$ 4,8 milhões apurado em 2012.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
- Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	4.867	1.307	-73,1
- Dividendos recebidos	1.074	2.859	166,2
- Amortização de ágio	(1.150)	(1.150)	-
Resultado de participações	4.791	3.016	-37,0

Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto

O resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto de 2013 é composto (i) pelo resultado positivo da subsidiária Goiás Transmissão S.A. (25,5%), no valor de R\$ 1,6 milhão, (ii) pelo resultado negativo da subsidiária MGE Transmissão S.A. (25,5%), no valor de R\$ 1,2 milhão e (iii) pelo resultado positivo da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), no valor de R\$ 928 mil.

Dividendos recebidos

Em 2013 a Companhia recebeu dividendos referentes à sua participação societária minoritária mantida no Complexo Energético Rio das Antas (5%) no valor de R\$ 1,9 milhão bem como dividendos referentes à sua participação societária minoritária mantida na Dona Francisca (2,12%) no valor de R\$ 969 mil.

Amortização de ágio

Amortização do ágio sobre a valorização da ENEX, em função da operação de aquisição de participação ocorrida em setembro de 2011, onde a Desenvix adquiriu os 50% restantes dessa Companhia.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex, Monjolinho, Enercasa, Usinas do Complexo Eólico da Bahia e Energen optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2013, imposto de renda e contribuição social contribuíram favoravelmente para o resultado em R\$ 9,0 milhões, fruto principalmente da constituição de provisão de IR Diferido sobre prejuízos acumulados parcial no valor de R\$ 8,6 milhões da subsidiária Energen, R\$ 2,8 milhões das subsidiárias que constituem o Complexo Eólico da Bahia, e de R\$ 2,7 milhões da subsidiária Monel. Também contribuiu a reversão de provisão para IR Diferido da Desenvix Controladora, no valor de R\$ 3,9 milhões, calculado sobre a variação dos investimentos em entidades não controladas ao valor justo. Para o mesmo período de 2012, imposto de renda e contribuição social contribuíram negativamente para o resultado em R\$ 4,8 milhões.

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

Em 2013, a participação de não controladores foi de R\$ (836) mil, contra R\$ 376 mil em 2012, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A..

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO

Em 2013, foi registrado prejuízo de R\$ 32,5 milhões, contra prejuízo de R\$ 31,6 milhões em 2012, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 136,2 milhões em 2013, apresentando aumento de 32,3% em relação com 2012, quando alcançou R\$ 102,9 milhões, em linha com os efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA, como consequência do EBITDA, apresentou aumento de 9,4 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 55,0% para 64,4% da receita operacional líquida de 2012 e 2013, respectivamente.

EBITDA (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Lucro (prejuízo) líquido do período	(31.622)	(32.490)	2,7
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	4.826	(9.000)	-286,5
(+) Despesas financeiras líquidas	81.979	112.453	37,2
(+) Depreciação e Amortização	47.706	65.199	36,7
EBITDA – ICVM nº 527	102.889	136.162	32,3
Receita Líquida	187.022	211.340	13,0
Margem EBITDA	55,0%	64,4%	9,4 p.p.

Por estar em fase de crescimento acelerado, com elevados montantes de investimento anuais financiados por empréstimos de longo prazo estruturados na modalidade *project-finance*, a Companhia possui atualmente alto grau de alavancagem e elevada despesa financeira anual. Também, por ser uma empresa jovem, com elevados investimentos em ativo imobilizado, a depreciação é parcela importante das despesas da Companhia.

A Administração da Companhia entende que o EBITDA e a margem EBITDA sejam os métodos mais adequados para acompanhamento do desempenho da Companhia, pois, ao excluírem despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação, mas, em diferentes estágios de maturidade, bem como a comparação com empresas de outros setores, mas, com diferentes estruturas de alavancagem e diferentes taxas de amortização e de depreciação.

O EBITDA e a margem EBITDA não são uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores de nosso desempenho operacional ou como substitutos do nosso fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez.

11) ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO E DÍVIDA LÍQUIDA

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida líquida somava R\$ 842,3 milhões, representando aumento de 14,2% na comparação com 31 de dezembro 2012, quando a dívida líquida somava R\$ 737,5 milhões. O aumento ocorreu em função do comportamento dos componentes a seguir:

Endividamento bancário: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou aumento de 2,3% ou R\$ 21,0 milhões. Contribuiu para o aumento do saldo do endividamento bancário (i) a captação de R\$ 75 milhões de empréstimos com capital de giro na Desenvix Controladora, (ii) a apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 66,8 milhões, sendo R\$ 29,3 milhões com BNDES, R\$ 17,6 milhões com BNB, R\$ 6,4 milhões com CDB, R\$ 11,5 milhões com Debêntures e R\$ 2,3 milhão com os demais financiamentos da Desenvix Controladora e (ii) a variação cambial líquida de R\$ 15,2 milhões do empréstimo com o CDB.

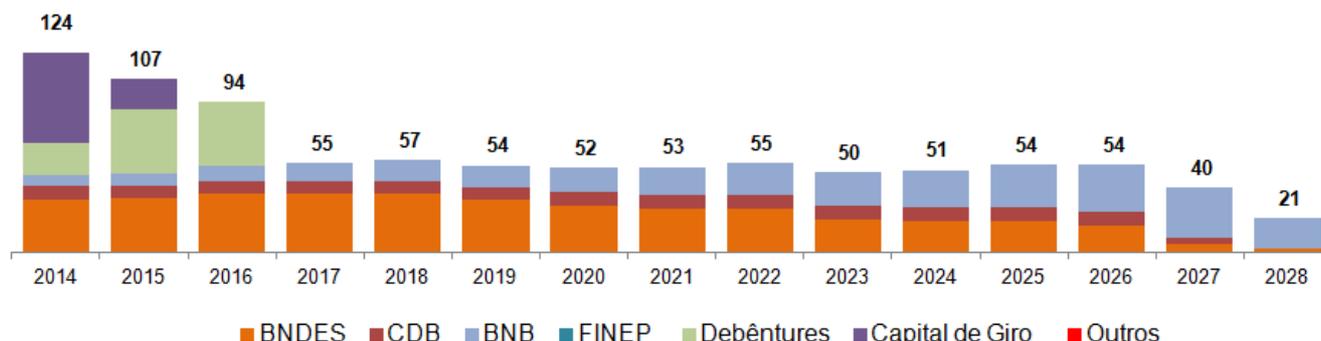
Por outro lado, o endividamento bancário sofreu redução em função (i) da amortização de R\$ 64,8 milhões de principal, sendo R\$ 35,3 milhões com BNDES, R\$ 10 milhões de capital de Giro na Desenvix Controladora, R\$ 8,6 milhões com FINEP, R\$ 8,0 milhões com CDB, R\$ 2,5 milhão com BNB e R\$ 0,6 milhão com financiamentos ENEX e (ii) do pagamento de R\$ 70,7 milhões de juros, sendo R\$ 29,1 milhões com BNDES, R\$ 21,7 milhões com BNB, R\$ 10,6 milhões com debêntures, R\$ 6,4 milhões com CDB, R\$ 1,6 milhão com capital de giro, R\$ 538 mil com FINEP e R\$ 554 mil com outros.

Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve redução no saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 83,8 milhões, principalmente em função (i) do aporte de capital de R\$ 36,5 milhões realizado na subsidiária Goiás, (ii) do aporte de capital de R\$ 30,4 milhões realizado na subsidiária MGE, (iii) pagamento à fornecedores, no valor de R\$ 40,0 milhões, pela subsidiária Energen e usinas do Complexo Eólico da Bahia referente à implantação de empreendimentos de geração de energia, (iv) pagamento de R\$ 22 milhões referente à devolução do montante de energia faturada e não entrega pela subsidiária Enercasa. A redução foi parcialmente compensada pelas captações de capital de giro conforme comentado no item Endividamento.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 era composto (i) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Desenvix Controladora, no valor de R\$ 28,8 milhões e (ii) pelo saldo de R\$ 52,1 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas por força dos contratos de financiamento de longo prazo, das subsidiárias, além das debêntures, na Desenvix Controladora.

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	Varição % Dez/13 x Dez/12
Endividamento bancário	902.216	923.254	2,3
- Financiamento de obras - BNDES	409.458	374.334	-8,6
- Financiamento de obras - BNB	272.480	265.840	-2,4
- Financiamento de obras - CDB	102.049	108.630	6,4
- Debêntures	98.910	99.800	0,9
- FINEP	8.656	-	-100,0
- Financiamento de capital de giro	10.000	74.462	644,6
- Outros	663	188	-71,6
Caixa e aplicações financeiras	(164.700)	(80.922)	-50,9
Dívida líquida	737.516	842.332	14,2

O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 923,2 milhões de 31 de dezembro de 2013, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):



Em função das captações de capital de giro ocorridas no final de 2013, em 31 de dezembro de 2013, a parcela da dívida indexada ao CDI representava 19% do endividamento bancário, contra 12% em 31 de dezembro de 2012.

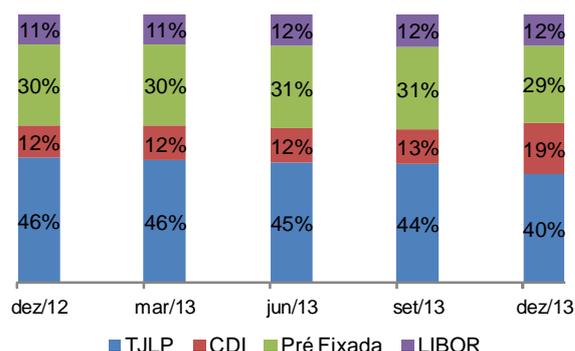
O contrato de financiamento de longo prazo do Complexo Eólico Desenvix Bahia tomado junto ao BNB, cuja taxa é pré fixada, prevê bônus de adimplência sobre encargos de 25%. A incidência do referido bônus está condicionada ao pagamento, das prestações de juros ou de principal e juros, até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros pré fixados passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a..

Entre setembro de 2012 e março de 2013, o custo médio ponderado da dívida bancária apresentou redução, fruto principalmente das captações de longo prazo ocorridas no período, tomadas com taxas menores do que as anteriores, com é o caso do financiamento do Complexo Eólico da Bahia (7,125% a.a.), e PCH Moinho (TJLP + 2,0% a.a.), bem como as Debêntures (CDI + 2,8% a.a.) que substituíram R\$75 milhões de empréstimos ponte em dezembro de 2012. Outro ponto favorável é a redução da TJLP, a partir de julho de 2012, que passou de 6% a.a. para 5,5% a.a..

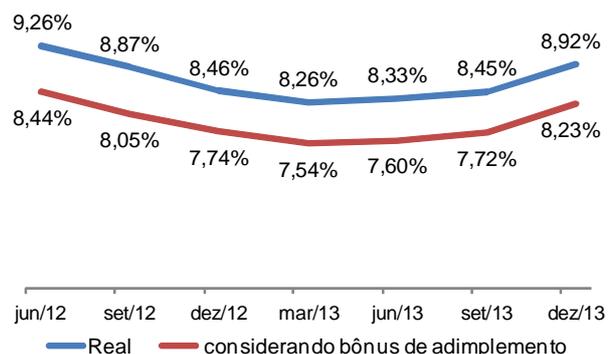
Adicionalmente, a partir de janeiro de 2013 o Governo Federal anunciou nova redução da TJLP de 5,5% a.a. para 5% a.a..

A trajetória de redução sucessiva no custo médio ponderado da dívida bancária da Desenvix foi influenciada, a partir de junho de 2013, quando o Banco Central do Brasil utilizou-se do aumento da SELIC, com reflexo no CDI, como medida de contenção da inflação no Brasil.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária



Em função da aplicação do CPC 10 e 11, a partir de janeiro 2013, as informações apresentadas nos gráficos acima não consideram o endividamento da subsidiária Passos Maia, preservando assim a comparabilidade entre os períodos.

12) INVESTIMENTOS

Entre os anos de 2010 até 2012, a Desenvix executou seu plano de expansão, duplicando a sua capacidade instalada de geração de energia elétrica. No total foram investidos recursos da ordem de R\$ 1 bilhão, sendo parte financiada com recursos de capital de terceiros.

Em 2013, a Companhia investiu R\$ 66,9 milhões através de aportes de capital nos seus empreendimentos de transmissão de energia, em implantação.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Desenvix Energias Renováveis S/A segue a regulamentação da ANEEL e a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000. O tema central do Programa de P&D é a Geração de Energia Elétrica por Fontes Renováveis. O saldo disponível na conta P&D em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 788 mil.

13) GESTÃO DE PESSOAS

Em 31 de dezembro de 2013 a Desenvix Controladora contava com 41 colaboradores diretos, sendo 6 Diretores Estatutários e 35 celetistas. Adicionalmente a subsidiária Enex contava com 302 colaboradores.

14) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial (R\$mil)									
Ativo	dez/12	dez/13	AH	Passivo e patrimônio líquido	dez/12	dez/13	AH		
	reapresentado	reapresentado			reapresentado	reapresentado			
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	124.677	28.803	-76,90%	Fornecedores	108.899	33.260	-69,46%		
Aplicação financeira restrita	-	-	0,00%	Financiamentos	70.366	122.751	74,45%		
Contas a receber	27.410	24.177	-11,79%	Partes relacionadas	30.078	7.363	-75,52%		
Dividendos a receber	1.154	10.654	823,22%	Concessões a pagar	6.255	6.500	3,92%		
Impostos a recuperar	4.650	6.459	38,90%	Salários e encargos sociais	4.240	4.135	-2,48%		
Estoques	983	1.052	7,02%	Impostos e contribuições a recolher	14.767	14.822	0,37%		
Outros ativos	4.503	9.432	109,46%	Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.875	6.816	16,02%		
Investimento mantidos para venda	16.976	3.060	-81,97%	Provisão para contrato de energia	33.058	7.425	-77,54%		
	180.353	83.637	-53,63%	Dividendos propostos	47	47	0,00%		
				Terras servidão	2.037	-	-100,00%		
				Outros passivos	27.267	17.814	-34,67%		
Não circulante					302.889	220.934	-27,06%		
Aplicação financeira restrita	40.023	52.119	30,22%	Não circulante					
Partes relacionadas	43.425	26.824	-38,23%	Financiamentos	831.850	800.503	-3,77%		
Imposto de renda diferido	5.604	23.768	324,13%	Imposto de renda diferido	6.676	5.561	-16,70%		
Investimentos em entidades não controladas valor justo	81.213	66.677	-17,90%	Concessões a pagar	55.015	56.538	2,77%		
Tributos a recuperar	-	263	100,00%	Tributos a pagar	-	741	100,00%		
Outros ativos	27	8.441	31162,96%	Outros Passivos	12.061	21.390	77,35%		
	170.292	178.092	4,58%		905.602	884.733	-2,30%		
Investimentos	108.789	150.656	38,48%	Total do passivo	1.208.491	1.105.667	-8,51%		
Imobilizado	1.299.715	1.194.632	-8,09%	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora					
Intangível	115.388	117.047	1,44%	Capital social	665.312	665.312	0,00%		
Propriedades para investimentos	21.419	25.208	17,69%	Ajuste de avaliação patrimonial	44.432	32.963	-25,81%		
	1.545.311	1.487.543	-3,74%	Reservas de lucros	8.448	739	-91,25%		
				Lucros (prejuízos) acumulados	-32.049	-55.994	74,71%		
					686.143	643.020	-6,28%		
				Participação dos não controladores	1.322	486	-63,24%		
					Total do patrimônio líquido	687.465	643.506	-6,39%	
Total do ativo	1.895.956	1.749.272	-7,74%	Total do passivo e patrimônio líquido	1.895.956	1.749.172	-7,74%		

Demonstração do Resultado do Exercício findos em 31 de dezembro (R\$ mil)			
	2012	2013	AH
Receita			
Fornecimento de energia elétrica	164.404	185.424	12,8%
Serviços prestados	22.618	25.916	14,6%
Receita operacional	187.022	211.340	13,0%
Custo do fornecimento de energia elétrica	-71.482	-85.408	19,5%
Custo dos serviços prestados	-14.261	-18.242	27,9%
	-85.743	-103.650	20,9%
Lucro (prejuízo) bruto	101.279	107.690	6,3%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	-51.558	-42.506	-17,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	513	2.763	438,6%
Participação nos lucros de controladoras	158	0	-100,0%
	-50.887	-39.743	-21,9%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	50.392	67.947	34,8%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	-89.234	-131.665	47,6%
Receitas financeiras	7.255	19.212	164,8%
	-81.979	-112.453	37,2%
Resultado de participações societárias			
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas em conjunto	4.867	1.307	-73,1%
Dividendos recebidos	1.074	2.859	166,2%
Amortização de ágio	-1.150	-1.150	0,0%
	4.791	3.016	-37,0%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-26.796	-41.490	54,8%
Imposto de renda e contribuição social	-4.826	9.000	-286,5%
Lucr (Prejuízo) líquido do exercício	-31.622	-32.490	2,7%
Atribuível aos:			
Acionistas da Controladora	-31.998	-31.654	-1,1%
Participação de não controladores	376	-836	-322,3%
	-31.622	-32.490	2,7%
(Prejuízo) lucro básico e diluído por lote de mil ações	-0,27348	-0,27054	-1,1%

Este material inclui informações que se baseiam nas hipóteses e perspectivas atuais da administração da Companhia, que poderiam ocasionar variações materiais entre os resultados, performance e eventos futuros. Inúmeros fatores podem afetar as estimativas e suposições nas quais estas opiniões se baseiam, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países, condições do mercado financeiro, condições do mercado regulador e outros fatores.